

**REMANESCENTE
SERPETEANDO A JUSTIÇA.**

Elisia Marias de Jesus Santos

Dezembro 2022

SUMÁRIO

1.IDENTIFICAÇÃO.....	3
3.ASPECTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS.....	4
4.CARDS DE DIVULGAÇÃO E APLICAÇÃO DO PROJETO	17
5. ANÁLISE	23
6.RESULTADOS	31
7.REFERENCIAL TEÓRICO	33

**PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES
NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023**

1. IDENTIFICAÇÃO

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023	
Município: Salvador	UF: Bahia
Instituição Financeira: University of North Carolina at Charlotte	
Previsão de entrega: Dezembro/2022	
Responsável: Elisia Marias de Jesus Santos	
Telefone: (71) 983955561	E-mail elisiasantossociologa@gmail.com

2. INTRODUÇÃO

O projeto Remanescente é projeto comunitário para prevenir a discriminação e a violência contra religiões negras e africanas que será desenvolvido nos anos de 2022 a 2023. Neste momento será realizado oito lives com a proposta de escuta de religiosos e sociedade civil sobre o tema. Os principais eixos deste projeto é identificar os diferentes tipos de problemas enfrentados pelo terreiro Vodun Zo, identificar os motivos de existir a discriminação e qual foi o impacto dela em suas vidas e propor saídas e partir disso pensar soluções de médio e curto prazo.

Idealizado por Mrs Elisia Maria de Jesus Santos, Dangbesi do Hunpkame Savalu Vodun Zo Kwe, Historiadora (Faculdade UNYLEYA), Socióloga (Universidade Federal da Bahia), Psicopedagoga (Faculdade Dom Bosco) e Mestre em Ciências Sociais (Universidade Federal da Bahia). Tem foco na área de gênero, raça e religião com ênfase em sociologia e história da população negra, atuando principalmente nos temas: intolerância e racismo religioso, direitos humanos, cidadania e ética e patrimônio imaterial. Atualmente é professora da Faculdade UNYLEYA, Universidade Federal da Bahia, tutora EAD da Universidade Estadual da Bahia e professora de ensino médio do SESC.

3.ASPECTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS/ DISCRIMINAÇÃO.

O povo de matriz africana é originado dos diversos imigrantes africanos escravizados no Brasil entre os séculos XVI e XIX, em amálgama com os povos nativos brasileiros, os povos indígenas das mais diversas etnias que, num espaço de resistência, formaram algumas religiões para continuarem, de certa forma, cultuando os seus deuses.

Numa compressão de papel na preservação das tradições culturais dos diferentes grupos étnicos negros (afro-brasileiros), há também, atualmente, muitos brancos e outros grupos étnicos que aderiram a tais religiões, em especial o candomblé e a umbanda.

Em quatro séculos de tráfico negreiro, cerca de 3,5 milhões de africanos aportaram no Brasil na condição de escravos, o equivalente a 37% do total da população do continente americano. Eles eram de diversas etnias: iorubás, fons, mahís, hausas, ewes, axântis, congos, quimbundos, umbundos, macuas, lundas e diversos outros povos, cada qual com sua própria religião e cosmogonia.

As religiões afro-brasileiras formaram-se em diferentes regiões e estados do Brasil e em diferentes temporalidades da história. Por isso elas adotam não só diferentes formas rituais e diferentes versões mitológicas derivadas de tradições africanas diversificadas, como também nome próprio diferente, seguindo práticas, costumes, ritos e entidades, de maneira muito própria e particular, local e temporal.

A organização das religiões negras no Brasil deu-se bastante recentemente, pensando num contexto de colonização e de luta pela libertação. Os africanos trazidos em leva para o Brasil foram assentados nas cidades e estiveram em contato uns com os outros, num processo de interação e liberdade de movimentos. A fixação urbana dos escravos forneceu a necessidade de sobrevivência de algumas tradições religiosas africanas, com o aparecimento de grupos de culto organizados.

O terreiro Hunkpame Savalu Vodun Zo Kwe¹, ao qual estamos inseridas e estamos estudando, é uma casa tradicional, da nação Jeje Savalu. É um templo religioso de culto aos *voduns* localizado em Salvador, Bahia, no bairro da Liberdade, nas imediações da Rua do Curuzu, na Vila Braulino. Segundo seu laudo antropológico, que é dos elementos fundantes para o processo de tombamento:

1 SERRA, Ordep. Laudo Antropológico – Exposição de motivos para o tombamento do conjunto monumental do Kwe Vodun Zò, produção coletiva organizada por Ordep Serra, Salvador, BA, 2015.

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

[...] o estabelecimento se situa nas coordenadas correspondentes a latitude 12°56'40.44" Sul, longitude 38°29'14.87" Oeste, (...) segundo medição realizada por técnicos a serviço da municipalidade, o sítio em apreço compreende 2.356,58 m². Desse total, aproximadamente 750 m² são de área construída, compreendendo três blocos de edificações, denotados nos respectivos projetos arquitetônicos.²

Um terreiro é um centro religioso tradicional que agrega um grupo eclesial estruturado segundo as normas de um rito afro-brasileiro. A palavra *candomblé*, termo de origem quimbundo por cujo emprego se identifica, hoje, uma modalidade de culto afro-brasileiro, portanto, criado no Brasil, inspirado no que outrora foi vivenciado no continente africano. Utilizamos também a palavra *roça* para indicar o espaço físico dos terreiros de *candomblé*. Assim, o terreno do *Kwe Vodun Zo* pode também ser designado pela expressão *Roça do Vodun Zo*. A expressão traduz a memória da antiga natureza rurbana do sítio. A palavra *axé*, de rica polissemia, é também frequentemente usada para assinalar tanto um templo dessa natureza como o tipo de grupo eclesial que nele se dedica ao culto dos voduns ou orixás. Ainda segundo o laudo antropológico:

O estabelecimento que lhe corresponde — o terreiro propriamente dito, ou seja, o espaço consagrado que sedia o rito — no dialeto dos seguidores da liturgia jeje chama-se *Kwe*, termo fón que corresponde a "casa", mas também indica "templo". *Vodun* é o nome fón para "divindade" e *Zo* significa "fogo" no mesmo idioma. O hierônimo do templo em questão indica, pois, que o mesmo se acha consagrado a divindades às quais, no panteão jeje, se atribui a regência do fogo celeste. *Kwe Vodun Zo* pode entender-se, em suma, como "Templo dos Divinos Senhores do Fogo". O nome *Hunpame/Humpame* (étimo *Hunkpame*) tem significado equivalente ao de templo, logo corresponde ao que se chama *Terreiro* no socioleto do *candomblé*. (ORDEP, 2015, pg.2)

A luta pela manutenção do território, a afirmação cotidiana da presença religiosa, cultural e social no bairro e na cidade, são processos constantes na vida das comunidades religiosas de matriz africana. E para auxiliar nestas ações, diversos mecanismos e instrumentos foram e são utilizados. Podemos recordar de forma breve que várias lideranças religiosas recorreram aos poderes públicos visando a garantia da permanência dos terreiros em seus territórios, pela descriminalização da religião e suas práticas e pelo reconhecimento público das casas entre outras ações.

Vamos a alguns exemplos: Mãe Aninha visita Getúlio Vargas. Filha de africanos, Eugênia Ana dos Santos, a *Iyalorixá Obá Biyi*, nasceu em Salvador em 1869. Ficou conhecida como Mãe Aninha, foi iniciada no *Ilê Axé Iyá Nassô Oká* – o terreiro da Casa Branca,

2 idem.

como é conhecido hoje. Ela saiu de lá para fundar o Ilê Axé Opô Afonjá, hoje também tombado como Patrimônio Histórico Nacional, da mesma forma que o Iyá Nassô Oká.

Mãe Aninha sempre lutou para fortalecer o culto do candomblé no Brasil e garantir condições para o seu livre exercício. Segundo narrativa de Mãe Stella, última Iya do Opo Afonjá, falecida em 2019, Mãe Aninha esteve no Rio de Janeiro por intermédio do ministro Osvaldo Aranha, que era seu filho de santo, onde ela se encontrou com o presidente. Este encontro ocasionou a promulgação do Decreto Presidencial nº 1202, no primeiro governo de Getúlio Vargas, pondo fim à proibição aos cultos afro-brasileiros em 1934³.

Outro fato que a história dos terreiros nos mostra é que essas Iyas e Babás utilizaram a presença de homens com notoriedade na sociedade para, além de reafirmar sua fé nos Orixás/Voduns/Inkises, “proteger” seus terreiros. Em 1935, Martiniano do Bonfim sugeriu a Mãe Aninha que criasse o Corpo dos Obás de Xangô, que deveria ser integrado por amigos e protetores do terreiro. Martiniano era uma das personalidades mais respeitadas da comunidade afrobaiana. Nas últimas décadas, já ocuparam esse posto os escritores Jorge Amado e Antônio Olinto, os compositores Gilberto Gil e Dorival Caymmi, o artista plástico Carybé e os pesquisadores Vivaldo da Costa Lima e Muniz Sodré, entre outros.

Nesta mesma linha Antônio Carlos Magalhaes, Pierre Verger, delegados de polícia, juízes, políticos entre outras pessoas, utilizaram sua influência na sociedade visando dirimir problemas, criar atalhos de diálogo e resoluções a serviço da religião de matriz africana, que sempre sofreu e continua a sofrer perseguições na sociedade brasileira.

Em 1982 a comunidade do terreiro da Casa Branca inicia seu pleito pelo tombamento do terreiro pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, como patrimônio nacional. Este processo vai até 1985 quando a comunidade atinge seu objetivo.

É importante reafirmar que o processo de tombamento pode levar muito tempo, e neste caso ele aconteceu com certa rapidez, já que a comunidade já havia levantado as informações e tinha no corpo técnico filhos de santo.

Para além de pensar o processo em si, é necessário pensar o que leva esta comunidade a buscar as políticas de patrimonialização. A ação desenfreada da especulação imobiliária, a perda de grande parte de sua área verde pela ocupação desordenada dos

³ <https://www.geledes.org.br/mae-aninha-ialorixa-do-ile-axe-opo-afonja/>

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

espaços urbanos, leva a comunidade a enxergar nesta política uma possibilidade de garantia de seu território sagrado. Não entrarei no mérito da efetividade ou não do tombamento como política de manutenção, mas é importante pensar que esta política de patrimonialização não é pensada para espaços vivos como são os terreiros, são pensadas para construções que não deverão ser modificadas, que não é o caso dos terreiros. Entretanto, foi possível incidir na criação de conceitos, instrumentos internos e interpretações que ampliaram a brecha enxergada por estas lideranças.

Este fato levou vários terreiros a buscarem nas políticas de patrimonialização reconhecimento público e manutenção de seus territórios, a exemplo do Bate Folha, Axé Oxumarè, entre outros.

O Vodun Zo também segue este caminho. Em 2015, este axé foi tombado como patrimônio histórico-cultural de Salvador, o primeiro terreiro de candomblé a ser tombado pelo município de Salvador. Caminho este que já foi seguido por outros terreiros. Atualmente temos em Salvador cinco terreiros aguardando conclusão de processos de tombamento, além do Ilê Axé Kale Bokun que foi tombado em 2019.

O kwe é responsável por manter viva uma mancha verde dentro do Curuzu, área esta que é protegida pelo terreiro a duras penas. Lidar com a tentativa de ocupação e de desmatamento destas áreas é uma das lutas diárias da comunidade do Vodun Zo. Nos afirma Doté Amilton Sacramento Costa, que o Vodun Zo perdeu muito espaço. Hoje busca-se preservar o que antes totalizava a antiga medida de 50 braças quadradas, ou aproximadamente 12.100 m². Calcula-se que essa extensão foi mantida até a década de 1970, ou meados da anterior, segundo declarações de antigos moradores da vizinhança. Juntamente com o cotidiano de abusos policiais na localidade que já resultou em duas invasões da polícia militar da Bahia no espaço sagrado do terreiro, o terreiro segue se mantendo vivo e atuante.

O Kwe Vodun Zo está localizado no Curuzu, espaço urbano marcado por grande densidade populacional (264.45 habitantes por hectare) e muito árido em função da quase inexistência de áreas verdes. Segundo dados do último Censo, em 2010 o Curuzu tinha uma população de aproximadamente 17.239 habitantes, densamente concentrados na Rua do Curuzu, em ruelas e baixadas adjacentes. A forte presença e também a projeção alcançada por instituições culturais que têm sede no bairro, com destaque para antigos terreiros e para o Ilê Aiyê, primeiro bloco afro do Brasil, conferem ao lugar uma identidade

própria, marcada pelos valores da negritude, levando o Ministério da Cultura em 2002 e lhe reconhecer como território nacional da cultura afro-brasileira⁴.

O Curuzu tem sua vida própria no contexto da Liberdade que costuma ser considerado um bairro dentro do bairro. Antes de ser Curuzu era Alto do Bonfim. Segundo os moradores mais antigos, o nome atual se impôs em memória de um índio Curuzu que teria residido na área. Essa versão é reafirmada no estudo Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes⁵.

O bairro do Curuzu possui uma população majoritariamente negra e de baixa renda. Como quase totalidade das comunidades periféricas, sofre com problemas de infraestrutura urbana. Sua história está relacionada à história do bairro da Liberdade, que, na segunda metade do século XIX, era conhecido como Estrada da Boiada, por onde passavam os bois que eram levados para o matadouro do Retiro. Onde só existia uma vegetação abundante, o Curuzu foi se constituindo, inicialmente com poucas casas, configurando uma paisagem de “roças”, com amplas extensões de terra.

Segundo narrativa dos moradores mais antigos, o Curuzu surgiu da necessidade de moradia. As pessoas passaram a arrendar as terras que, na época, eram dos Martins Catharino proprietários da União Fabril, construindo suas casas e promovendo, assim, o lento crescimento do bairro.

A ampliação da área habitada no Curuzu teve uma crescente na década de 1950, passando a sofrer suas primeiras intervenções públicas com a implantação da linha de água e esgotos; é desse período também a construção de uma lavanderia que compunha o Conjunto Assistencial Julia Kubstchek, junto ao primeiro posto médico, na época com menores dimensões.

Segundo os entrevistados por Souza (2004), a lavanderia era utilizada por toda a população do bairro; as mães iam lavar roupas e deixavam seus filhos brincando no parque localizado no Conjunto. Além da lavanderia, existia também uma fonte na Baixa dos Frades, onde os moradores buscavam suprir suas necessidades, até a chegada da água nas casas. De acordo com os moradores mais antigos, havia um dique muito grande próximo à Avenida San Martin, também bastante utilizado pelos moradores do local.

4 http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=7&cod_polo=37

5 **Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes.** SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antônio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (organizadores). CIAGS/UFBA, SEMA: 2010

Atualmente este dique foi canalizado e transformou-se em um esgoto a céu aberto, que os moradores chamam de “canal” ou “vala”. Este canal corre em frente às casas da Rua Nadir de Jesus, e a limpeza é feita pelos próprios moradores em forma de mutirão, conforme relato de Eliane Cavalcante (19 anos): “Há cooperação, quando vai limpar a vala”.

Porém foi, na década de 1970, que o Curuzu alcançou sua configuração atual, com a chegada do asfalto, uma das principais mudanças ocorridas no bairro. A fundação do Ilê Aiyê que, segundo alguns relatos, foi de grande importância para a história do Curuzu, a criação das escolas públicas Celina Pinho e Tereza Conceição Menezes, a ampliação e a reforma do posto médico Mãe Hilda Jitolú, datam também desse período.

O Curuzu tem um comércio de vizinhança ativo, embora pouco diversificado e com alto índice de informalidade, atingindo 60% das atividades do local e consistindo, segundo o Censo Empresarial do Sebrae de 2005, num total de 378 atividades, 152 formais e 226 informais⁶. Este levantamento revela que 299 das iniciativas registradas eram puramente empresariais e 79 possuíam caráter cultural e social. Na sua maioria (69,8%), os empreendimentos em média faturavam mensalmente até R\$1.000,00 (Hum Mil Reais). Foi identificado pelo censo, que as atividades comerciais ocupavam 1.433 pessoas, apenas 40% com registro de trabalho formalizado. Sobre os estabelecimentos comerciais prevalece a área de serviços, compondo um total de 63% dos empreendimentos. Mesmo não tendo novas pesquisas em mãos, nossa presença em campo não aponta uma modificação significativa neste quadro. A quantidade de empreendimentos se ampliou, mas a área de serviços continua sendo majoritária, assim como a informalidade. Infelizmente isso espelha a situação vivenciada pelas comunidades periféricas onde o desemprego formal obriga as pessoas a criarem formas de sobreviver.

Entre outros usos, como sucede em muitos outros bairros populares de Salvador, o contexto urbano local incorpora combinações de residência e serviços, residência e comércio. O uso residencial mostra-se dominante. Prevalece a ocupação irregular, com moradores em litígio judicial pela posse de terrenos ocupados há mais de cinquenta anos. São poucos os equipamentos públicos como escolas, postos de saúde etc. Igrejas cristãs e associações civis diversas também se encontram sediadas na área.

⁶ <http://www.vertentes.ufba.br/bairro-liberdade>

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

O Curuzu tem uma forte ligação com a cultura e com a história afro-brasileira, assim como quase totalidade dos bairros da cidade de Salvador. A história de construção bairro, dialoga com a ação cotidiana presente das casas de matriz africana. Existem no bairro diversos terreiros de candomblé. Segundo mostram os estudos sobre a evolução urbana de Salvador, os primeiros núcleos de povoação do Curuzu (e de outros bairros negros) foram constituídos por terreiros, ou, no mínimo, tiveram neles os pontos de referência dominantes. Segundo pesquisa realizada por Correia (1998) identificou-se 27 terreiros de candomblé e sessões de gira no bairro do Curuzú. Destes terreiros, destacamos o Ilê Axé Jitolu e o terreiro de Vodum Zô, ambos atuantes em questões relativas ao bairro. São duas entidades importantes para o Curuzu, e também são responsáveis por esta marca de ligação com a cultura afro-brasileira, que se intensifica ainda mais com o Bloco Afro Ilê Aiyê, existente desde 1974.

As estratégias de sobrevivência e manutenção da história e cultura afrobrasileira desempenhadas pelo kwe, revisitam as práticas de nossos mais velhos que já faziam uso das pessoas públicas e de suas relações. Agrega elementos da modernidade como o uso das redes sociais e ferramentas tecnológicas, sem perder a direção do que importa: manter viva a história e cultura do povo jeje afirmando o Vodun Zo quanto espaço de ação e transformação. Num tempo em que mais que nunca, o estado nega a existência e importância do povo negro, é de inestimável valor a manutenção deste patrimônio cultural e histórico.

As expectativas da comunidade são de que as ações realizadas pelo kwe se mantem, se ampliem e agreguem novos parceiros. Um aspecto pontuado por uma das entrevistadas, foi a necessidade de apoio psicológico para as pessoas, tendo em vista a baixa estima, que se agrega com as diversas violências cotidianas que mais e mais destroem os sonhos, minam as capacidades e deixam as pessoas estagnadas em seus lugares.

Para refletir sobre este processo de discriminação trouxemos alguns casos recentes sobre intolerância religiosa e vamos começar pelo caso do Vodun Zo.

Caso 1.

Imagem 1: Dote Amilton Costa

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023



Fonte: Arquivo de internet

Em agosto de 2017, o kwe foi invadido por policiais militares que realizavam uma operação na região. Invadiram áreas sagradas, arrombaram uma porta, colocaram armas no rosto de Dote e de filhos de santo e os xingaram de vagabundos; “Eu tenho 79 anos e nunca na minha vida tinha sido chamado de vagabundo. Se fosse uma igreja eles nunca teriam invadido.” Afirma Dote, ainda muito abalado com o fato, mesmo hoje, depois de 2 anos do acontecido. Este triste fato, foi transformado pelo kwe em fato político, que mobilizou diversos atores políticos da cidade de Salvador e do Estado da Bahia.

A mídia foi acionada imediatamente pelos filhos da casa, o que gerou constrangimento e necessidade de resposta imediata da Polícia Militar da Bahia a ação realizada por seus integrantes. No dia seguinte ao ocorrido, foram realizadas diversas reuniões no kwe com integrantes da cúpula da PM Ba, secretaria de segurança, SEPROMI, vereadores, deputados estaduais e diversas organizações de direitos humanos e dos povos de terreiro. Processos foram instaurados junto ao MP e na corregedoria da PM para apurar os fatos. Os processos ainda estão em curso, mas a indignação continua. A porta foi concertada, mas o fato continua a ecoar pela voz de Dote em cada oportunidade de fala pública que ele tem e que o assunto da segurança pública é abordado.

É de plena convicção do kwe que o foto acontecido no Vodun Zo, acontece diariamente em diversas comunidades religiosas de matriz africana que não tem contatos que possibilitam tais denúncias, mas faz parte da esperança do grupo que o grito do Vodun Zo ecoe para além do Curuzu e sirva para ajudar a todas as comunidades de matriz africana que sofrem as ações violentas do estado que visa nos apagar por completo, Neste sentido o kwe vem realizando também ações de debates junto a PM BA e a

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

comunidade, visando promover o diálogo e incidir na formação dos policiais que agem de forma arbitrária nas comunidades periféricas na cidade de Salvador e em todas as outras cidades.

Para as lideranças e moradores entrevistados durante nossa pesquisa a violência é um dos maiores problemas que a comunidade enfrenta, juntamente com a insuficiência de serviços públicos principalmente na área de saúde

Caso 2.

Imagem 2: Vivian Bruna Braes



Fonte: Arquivo de internet

Vivian Bruna Braes, de 38 anos, no dia 23 de abril de 2022, estava escutando músicas que remetiam a São Jorge e também a Exu para pedir proteção no portão de sua casa, em Macaé, no norte fluminense.

Contudo um vizinho que não queria ouvir "música de macumba" deu um golpe de facão em seu olho.

O boletim de ocorrência feito na 123ª DP (Macaé) está registrado como tentativa de homicídio e não intolerância religiosa.

Caso 3.

Imagem 3: Jerônimo Rufino dos Santos Junior



Fonte: Arquivo de internet

A religiosa Ana Paula Santana de Souza, conhecida como Iya Paula de Odé foi impedida de prestar atendimento religioso a um paciente no Hospital Estadual Carlos Chagas, em Marechal Hermes, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A negativa aconteceu na noite de dois de novembro de 2022. Após passar cinco dias internado, depois de ter um acidente vascular cerebral (AVC), seu filho de santo morreu Jerônimo Rufino dos Santos Junior, de 39 anos no sábado (5/11) o filho de. O homem estava no Hospital estadual Carlos Chagas, na Zona Norte do Rio de Janeiro, sua Iyá Paula de Odé acusou a direção da unidade de saúde de intolerância religiosa.

Caso 4.

Imagem 4 : Estátua de Mãe Stella de Oxóssi



Fonte: Arquivo de internet

Na madrugada deste primeiro de dezembro de 2022, a estátua de Mãe Stella de Oxóssi, localizada na avenida que leva o nome da ialorixá em Salvador, foi alvo de vandalismo ao

ser incendiado. O ato foi entendido como intolerância religiosa e tipificado pela Polícia Civil como "ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo".

Escrever neste capítulo sobre discriminação é importante para que possamos identificar que os diferentes tipos de problemas enfrentados na atualidade contra o povo de matriz africana é oriundo do processo escravista aonde os povos africanos aqui chegados ao Brasil foram distribuídos e vendidos como mercadoria e tratados assim como coisa.

Nas conversas informais e formais com minha família de santo, percebo que muitos não querem responder ou tem medo de falar sobre o assunto. Além disso, ao colocar em grupo focal e fazer entrevistas individuais muitos têm como resposta sempre, uma reação de espanto e/ou negação.

O povo de matriz africana, de modo geral foi construído como inferior quando se comparada com a cultura eurocêntrica. Assim, eles padecem, sofrem com os preconceitos e violências dirigidas a eles. Este trabalho é necessário, não apenas para uma pesquisa nos EUA, mas também para a construção de uma identidade e afirmação cultural e religiosa afro-brasileira dentro do Vodun Zo, pois é importante compreender as causas desse fenômeno de invisibilidade das religiões de matrizes africanas no Brasil e na Bahia, estado onde temos mais terreiros.

Quais os principais problemas enfrentados:

- As religiões de matrizes africanas e seus adeptos são invisíveis ou invisibilizada.
- O racismo religioso influencia no modo como as religiões de matrizes africanas são praticadas.
- As escolas desenvolvem um processo de invisibilidade.
- Os praticantes das religiões de matrizes africanas temem afirmarem suas crenças e ancestralidades.
- As denúncias não são resolvidas pela justiça.
- Há um descaso do Estado nos terreiros tombados.
- Temos muitas demissões dos religiosos de matriz africana.

O desrespeito e o racismo religioso praticados contra as religiões de matrizes africanas e seus adeptos acabam por se tornar cenário favorável para quem o fazem, pois os que comentem detem o poder: executivo, legislativo e judiciário.

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

A discriminação à simbologia ancestral e cultural é uma forte aliada para a construção da atmosfera de invisibilidade e indiferença religiosa, como afirma Conceição:

Cumprir dizer que a discriminação contra o conjunto de símbolos culturais africanos e afro-brasileiros decorre do estranhamento que as pessoas possuem sobre a cultura que carregam. Estes fatos têm provocado uma série de percepções negativas, antecipadas pelo preconceito sobre determinados indivíduos ou grupo. Na verdade, isto resulta na estigmatização de uma cultura, podendo levar a atitudes extremas (CONCEIÇÃO, 2018, p. 105).

Este desrespeito e discriminação é resultado do racismo religioso, por uma questão política e conceitual não usarei que o termo “intolerância religiosa” não contempla as realidades vividas por praticantes de religiões de matrizes africanas que é em sua maioria negra, estes não são discriminados por causa dos ritos, mas pela cor da pele. Segundo Fernandes:

O termo “intolerância religiosa” nos meios ativistas tem parecido insuficiente para expressar o fato. Os praticantes reivindicam respeito e chamam atenção para as manifestações de racismo constantes, afirmam que o melhor termo para definir estas ações seria “racismo religioso”, argumentando que outras religiões não cristãs não sofrem o mesmo tipo de preconceito e argumentam que esse preconceito estaria ligado à formação colonial, à divisão e valorização racial negativa, influenciando na compreensão da religião (FERNANDES, 2017, p 123).

A construção da autora acima nos mostra que “intolerância religiosa ” não contemplar as religiões de matrizes africanas no Brasil, pois para entender que as nossas suposições as experiências vividas pelos praticantes das religiões de matrizes africanas parecem não se tratar de intolerância, mas sim racismo religioso, como afirma o autor a seguir:

O racismo religioso acontece quando há a justaposição de preconceitos racial e religioso: ocorre quando se associa a intolerância a uma religião à intolerância a um povo (o negro, por exemplo). Isso não quer dizer que pessoas que não são negras e são adeptas de uma religião estruturada na negritude não sofram também o impacto do racismo religioso sobre essas religiões: também sofrem (MARANHÃO, 2019, p. 13).

Por conta disso, podemos afirmar que os ataques de violência e perseguições é a utilização do termo racismo religioso, para detalhar melhor o conceito Fernandes (2017) nos coloca também:

Podemos apontar três elementos que no presente artigo se destacam para sustentar a hipótese de racismo religioso, hipóteses com diferentes relevâncias no sentido argumentativo, mas que valem a pena serem marcadas. O primeiro elemento é o largo histórico de marginalidade à qual essas práticas foram submetidas, tanto no sentido social como institucional - a demonização, promovida pela Igreja Católica, das entidades africanas e a criminalização do exercício religioso deixaram marcas e estigmas ainda visíveis nestas religiões, além do fato, observado na etnografia de Yvonne

Maggie, de o elemento africano do culto ser o principal fator gerador do estigma.

O segundo elemento se refere à discussão conceitual. Como pudemos observar, as categorias comumente utilizadas para descrever as ações contra os religiosos contêm muitas semelhanças: a dificuldade de aceitar o outro; visão de sua cultura e suas manifestações como não corretas, não verídicas e não toleráveis; a hierarquização a partir de si, compreendendo o outro como inferior; a heterofobia (para usar a expressão de Taguieff) e a característica grupal (identidade como grupo) – a coletividade como alvo – são fatores comuns tanto nas definições de discriminação, intolerância, etnocentrismo e racismo. (FERNANDES, 2017, p 131).

Desta forma podemos afirmar que o processo de discriminação religiosa é uma construção do racismo estrutural e preconceito direcionado a tudo que seja oriundo do negro, assim os fatores de negação e exclusão relacionados às origens religiosas e culturais africanas, é dada na construção de uma atmosfera de invisibilidade do povo negro.

Do Código de Ética da Pesquisa

Pensando na confiabilidade da nossa pesquisa e a fim de resguardar os direitos de nossos participantes o trabalho contará com um código de ética. Os e as participantes serão devidamente informados de todo o processo da entrevista como também da utilização das informações coletadas, tendo o total direito de desistir e não autorizar o uso de tais informações durante o desenvolvimento do projeto. Além disso os participantes podem optar pelo anonimato ou uso de um nome fantasia escolhido por eles ou pelo proponente da pesquisa, devemos salientar que a participação nesta pesquisa é feita por convite, de forma voluntária, sem nenhum custo para o ou a participante. Toda informação será mantida sob sigilo e responsabilidade do autor da referida pesquisa. Os dados serão utilizados apenas para fins científicos.

4.CARDS DE DIVULGAÇÃO E APLICAÇÃO DO PROJETO

Figura 1: CARD



Fonte: Pesquisadora

Figura 2: CARD



Fonte: Pesquisadora

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES
NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

Figura 3: CARD



Fonte: Pesquisadora

Figura 4: CARD



Fonte: Pesquisadora

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES
NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

Figura 5 :



Fonte: Pesquisadora

Figura 6 :



Fonte: Pesquisadora

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES
NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

Figura 7:



Fonte: Pesquisadora

Figura 8:



Fonte: Pesquisadora

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES
NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

Figura 9:



Fonte: Pesquisadora

Figura 10:



Fonte: Pesquisadora

Figura 11:



Fonte: Pesquisadora

Nesse processo de aplicabilidade do projeto vamos identificar os diferentes tipos de problemas enfrentados pelo terreiro Vodun Zo e povos de matriz africana no Brasil. Neste processo consultamos os membros da comunidade que foram:

1. Dote Amilton Sacramento Costa- líder do terreiro.
2. Deré Vitu
3. Dofona Adriana de Tobossi
4. Gan Huntó Jefferson
5. Ogan Fábio
6. Dofono Paulo de Azonsu
7. Dofono Wilson de Azonsu
8. Equede Fabiana de Aziri Kaia
9. Hurrete Adriano
10. Equede Francine
11. Mestre Atila (visitante)
12. Dofona Thialy de Gbessen
13. Etemi Gbadessi
14. Equede Tainá

5. ANÁLISE

Durante os meses desta pesquisa realizamos entrevistas presenciais e individuais, nove lives e um mapeamento das ações realizadas pelo terreiro nos últimos anos, tendo como marco o início das aulas de capoeira no espaço do terreiro. A primeira constatação foi da falta de registro das ações realizadas na comunidade.

Não havia uma preocupação com o registro do que era feito, quem participava e nem as parcerias que possibilitaram tais ações. Os registros se iniciam no advento das redes sociais, da notoriedade na imprensa e na chegada de filhos de santo que apresentam a importância da produção deste histórico, bem como com a aproximação de outras associações, organizações da sociedade civil e na luta por direitos junto ao poder público que indaga a história da comunidade do Kwe.

Um dos maiores problemas que a comunidade do Curuzu enfrenta é a violência, oriunda do tráfico, da polícia e do Estado. Infelizmente esta realidade é compartilhada com todas as comunidades periféricas no país e este foi um dos temas que apareceram durante nossa pesquisa. A motivação de Doté para iniciar suas ações de acolhimento com as crianças e adolescentes da comunidade, se deu por sua percepção das ações de necropolítica que a comunidade já sofria a trinta anos atrás. Infelizmente Dote Amilton identifica este problema, assim que assume a comunidade religiosa em 1974. Antes de ir morar no Curuzu, Dote residia no bairro de Brotas, localidade chamada Daniel Lisboa onde a realidade das pessoas residentes era e continua ser bem distinta do Curuzu. É uma localidade considerada de classe média baixa, com casas amplas e apartamentos confortáveis. A realidade do Curuzu era de pouca urbanização, falta de serviços públicos e principalmente abandono das crianças, já que suas mães precisavam trabalhar. Esta realidade provoca Doté a acolher estas crianças no espaço sagrado do terreiro para que elas estivessem protegidas e abrigadas e “não se envolvessem em besteira”, afirma Dote. Segundo Cátia, uma de nossas entrevistadas “Os moradores ficam acuados porque se denunciar pode acontecer coisa pior”, se referindo as ações da polícia.

Nossa sociedade é marcada pela lógica neoliberal, racista e patriarcal, essas opressões estruturaram e continuam a estruturar, a construção das relações sociais. É importante afirmar que nossa sociedade é constituída a partir dos processos de colonização de povos considerados inferiores pelo mundo ocidental. As relações são marcadas pelas

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

diversas formas de violência, usurpação, repressão e extermínio. Essas opressões, não ocorrem no plano abstrato, elas se materializam nos corpos subalternizados.

Segundo Borges, o questionamento das identidades é um dos pilares instituídos pelo processo colonial, onde a hierarquização das identidades estrutura quem tem ou não poder nesta sociedade. E mais, que é e quem não é sujeito de direito. Assim o colonialismo e sua lógica social interseccionam as identidades para justificar as exclusões.

Achille Mbembe nos apresenta o conceito de necropolítica, que é o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, quem são os corpos matáveis. É um poder de determinação sobre a vida e a morte a partir do status político dos sujeitos. Neste sentido os corpos matáveis, não são sujeitos, não são humanos e por tanto, são descartáveis. Numa sociedade pautada e estruturada pelo racismo, o povo negro é a concretude do ser matáveis. Ainda segundo Mbembe existe uma racionalidade neste processo de genocídio praticado cotidianamente. A sociedade desenvolveu diversos mecanismos e instrumentos que produzem apagamento, negação, morte simbólica e concreta. Ainda segundo Borges:

O processo de exploração e do ciclo em que se estabelecem as relações neoliberais opera pelo extermínio dos grupos que não têm lugar algum no sistema, uma política que parte da exclusão para o extermínio.

O excessivo uso de força e de agentes repressivos está articulado e dissociado dos interesses do capital especulativo. Mesmo em contextos de ampla exploração, conforme aponta Foucault, a lógica do controle e da exclusão são os lugares negados, os “lugares-não-lugares”, dessas populações vulneráveis na lógica interseccionada do sistema de dominação. Como consequência da lógica da exploração do trabalho, o corpo-máquina, ao desprover-se dessa característica que representa sua única função no interior do sistema capitalista, torna-se desnecessário de controle e tem sequestrada sua atuação política, sendo, com isso, passível de desumanização e aniquilamento. (BORGES, 2019)

Em agosto de 2017, o kwe foi invadido por policiais militares que realizavam uma operação na região. Invadiram áreas sagradas, arrombaram uma porta, colocaram armas no rosto de Dote e de filhos de santo e os xingaram de vagabundos; “Eu tenho 7?? anos e nunca na minha vida tinha sido chamado de vagabundo. Se fosse uma igreja eles nunca teriam invadido.” Afirma Dote, ainda muito abalado com o fato, mesmo hoje, depois de 2

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

anos do acontecido. Este triste fato, foi transformado pelo kwe em fato político, que mobilizou diversos atores políticos da cidade de Salvador e do Estado da Bahia.

A mídia foi acionada imediatamente pelos filhos da casa, o que gerou constrangimento e necessidade de resposta imediata da Polícia Militar a ação realizada por seus integrantes. No dia seguinte ao ocorrido, foram realizadas diversas reuniões no kwe com integrantes da cúpula da PM Ba, secretaria de segurança, SEPROMI, vereadores, deputados estaduais e diversas organizações de direitos humanos e dos povos de terreiro. Processos foram instaurados junto ao MP e na corregedoria da PM para apurar os fatos. Os processos ainda estão em curso, mas a indignação continua. A porta foi concertada, mas o fato continua a ecoar pela voz de Dote em cada oportunidade de fala pública que ele tem e que o assunto da segurança pública é abordado.

É de plena convicção do kwe que o foto acontecido no Vodun Zo, acontece diariamente em diversas comunidades religiosas de matriz africana que não tem contatos que possibilitam tais denúncias, mas faz parte da esperança do grupo que o grito do Vodun Zo ecoe para além do Curuzu e sirva para ajudar a todas as comunidades de matriz africana que sofrem as ações violentas do estado que visa nos apagar por completo, Neste sentido o kwe vem realizando também ações de debates junto a PM BA e a comunidade, visando promover o diálogo e incidir na formação dos policiais que agem de forma arbitrária nas comunidades periféricas na cidade de Salvador e em todas as outras cidades.

Para as lideranças e moradores entrevistados durante nossa pesquisa a violência é um dos maiores problemas que a comunidade enfrenta, juntamente com a insuficiência de serviços públicos principalmente na área de saúde. O número de médicos disponíveis para atender a demanda do bairro é pequena, pois a Unidade de Saúde presta praticamente o serviço de “Hospital de Emergência da Liberdade”.

Segundo Bigode do Pastel:

[...] precisa melhorar esse atendimento e disponibilizar mais profissionais. Por exemplo aqui já temos um contingente enorme de moradores nosso bairro é muito populoso, aí você imagina que vem muita gente também de outras localidades necessitando de atendimento e aí fica difícil né”. (BIGODE, 2019)

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

No ano de 2018 o Kwe se envolveu diretamente na campanha eleitoral. Sob o slogan Agora é o Axé, organizaram a campanha a deputado federal de Pai Robinho, Babalorixá do terreiro Alabaxé, localizado na cidade de Maragogipe, recôncavo baiano.

Mais do que o resultado das eleições, em que Pai Robinho obteve mais seis mil votos no estado, é o processo da campanha. A comissão organizadora da campanha foram jovens de terreiro que indignados com os representantes eleitos nos últimos pleitos, resolveram chamar alguém que seja de verdade “do axé” e não simpatizante para ser o candidato. E mais que isso, construir a candidatura pautada na identidade religiosa visando garantir “que nossa voz seja ouvida” no legislativo. A campanha foi feita sem recurso, basicamente utilizando as redes sociais e recursos das pessoas que acreditaram no projeto.

O debate do “Agora é o Axé!” se inicia na campanha de Pai Robinho, e seguirá acreditamos pelos próximos pleitos eleitorais. Mesmo com este resultado que pode parecer tímido, pai Robinho é suplente do deputado federal mais votado da Bahia, que por ironia do destino é um pastor fundamentalista.

O debate das religiões de matriz africana com a política partidária e representativa nunca teve espaço demarcado por tendências ou partidos políticos.

Podemos dizer que isso não faz parte do pensamento filosófico de nossa religião, já que não acreditamos em processos exclusivistas religiosos. Neste sentido estes posicionamentos sempre estiveram a cargo de cada pessoa. Entretanto nos últimos anos, com o avanço do fundamentalismo e o avançar do desmonte da laicidade do estado brasileiro, cresce a necessidade de termos políticos que dialoguem com nossas questões e temas, e mais ainda que reafirmem nossos direitos que nem alcançaram a efetivação e estão sendo desmontados. Debater política hoje é pensar a manutenção de nossos espaços sagrados também.

No ano de 2018 a cidade de Salvador construiu seu Plano Municipal de Cultura, que está em fase de finalização, pós-realização de consulta pública que foi realizada via plataforma online e por algumas audiências presenciais. O Plano Municipal de Cultura (PMC) é um instrumento de planejamento e execução de políticas públicas de cultura por um período de 10 anos. Nele estarão incluídas: diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores de resultados para o seu acompanhamento.”

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

Embora tenha existido participação do conselho municipal de cultura nos debates de construção do plano, este lugar continua sendo restrito aos grupos populares, o que faz com que apenas algumas pessoas acompanhem o processo. Mesmo assim o tema das comunidades negras tradicionais perpassou por diversas metas estabelecidas no plano. A meta que se iniciou a implementação neste ano de 2019, foi a da criação do Corredor Cultural da Liberdade intenção é transformar a localidade em um corredor cultural, onde estão localizadas entidades como o bloco afro Ilê Aiyê e o Terreiro”.

Embora a comunidade do kwe tenha sido citada como referência na implementação do corredor cultural, a comunidade afirma que não foi convocada para as reuniões realizadas. A entrevista Gerusa e Nem, liderança comunitária, afirmaram que:

Ocorreram reuniões entre Prefeitura e moradores onde discutiram detalhes da obra e impacto físico da mesma sobre os moradores. Com destaque para a remoção de alguns empreendimentos locais, como lava-jatos que em sua maioria estão em locais impróprios e que atrapalham o trânsito nas vias onde funcionam. (GERUSA, 2019).

Para Gerusa a questão das dificuldades na mobilidade urbana do bairro é oriunda da condição econômica da população de ter melhorado, isto é:

Quando começamos (a morar aqui) a nos tornarmos economicamente ativos o objetivo mor era a casa própria e carro era luxo, logo as casas eram construídas sem garagem o que foi alterado nas últimas décadas, e isso contribui também para os transtornos que vivemos aqui nas ruas do Curuzu. (GERUSA, 2019).

Segundo Nem, ‘com a pavimentação que começará (início de setembro/2019) todos vão ter que se adequar à nova condição que essa restauração das ruas vai trazer.’

A obra é uma ação da prefeitura de Salvador ligada a pasta da mobilidade urbana. Inicialmente o projeto prevê um período de obras de setembro até dezembro 2019, que já teve início.

As opiniões são diversas sobre o assunto. Para alguns dos entrevistados essa obra resulta além da melhoria da mobilidade urbano do Curuzu, mas também trará uma disposição visual mais bonita para sua comunidade. Para outros entrevistados, como Fabrício e Bigode, manifestaram suas preocupações com a realidade dos impedimentos de trabalho de alguns empreendimentos locais, pois a prefeitura de Salvador já afirmou que praticamente todos os lava-jatos da rua do Curuzu serão removidos definitivamente, referindo-se as atividades realizadas nas ruas. Só terão possibilidade de continuidade os donos de lava-jatos que possuem garagens para ali dentro realizar suas atividades.

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

Estamos falando de menos de 10% das casas da rua, já que garagem é um artigo de luxo dentro do espaço periférico, onde as famílias se reproduzem utilizando o mesmo espaço, e muitas vezes sendo utilizado também para sobrevivência econômica.

A expectativa do terreiro para a implementação deste corredor cultural era de maior diálogo de ações de infraestrutura que fossem além da rua do Curuzu, que é a principal. Há uma demanda apresentada a prefeitura de construção de um muro em torno do terreiro, fator este que segundo os integrantes do kwe poderiam contribuir com maior segurança e proteção do patrimônio tombado. As escadas e vielas de acesso a rua do Curuzu também não sofrerão intervenção, o que desaponta a população.

A grande questão que está posta é para quem é destinada esta obra, já que os impactos na vida cotidiana da população não foram pactuados. Será mais uma obra apenas para facilitar o acesso de turistas a este território negro? Será mais uma obra de maquiagem para apenas embelezar o bairro? É necessário continuar na pressão de pautar as ações do poder público e fazer valer o que está previsto no Plano Municipal de Cultura que reafirma o papel social e cultural das comunidades negras tradicionais e que afirma que as mesmas devem ser ouvidas na implementação das políticas e ações do poder público.

Paralelo as ações do poder público, o kwe se mantém em sua ação de desobediência, que é manter-se vivo numa sociedade que usa de todas as formas para aniquilar. Afirmando seu legado construído pela ancestralidade, promovendo vida, cultura, identidade afro-brasileira, promovendo diálogos de paz. Nos últimos tempos nossa busca de paz é embasada no combate constante de nos mantermos vivos, com voz. E para além de ter voz, sendo ouvidos. O Vodun Zo quando não é ouvido, grita.

Promove movimento e mobilização ao seu em torno, mantendo assim o legado ancestral e a chama da vida que é o espaço sagrado de seu kwe.

Para os entrevistados no grupo focal três, a comunidade só ganhou esperança e renovou a ideia de possibilidades com as ações realizadas pelo kwe. Quando a comunidade se debruça em agir para mudar o que não está de acordo com a regra “do bom viver” ela compreendeu que pode mover o mundo. Segundo Ogan Valtinho “as casas de candomblé é que conseguem realizar as mudanças mais profundas dentro de uma comunidade. O Vodun Zo inspira muitos outros grupos a se mobilizarem também”.

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

Nesta seção vamos discutir os motivos de existir aquela discriminação e qual foi o impacto dela em nossas vidas, seria então uma análise da situação. Segundo o Disque 100 que é um serviço de disseminação de informações sobre direitos de grupos vulneráveis e de denúncias de violações de direitos humanos, como crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, população LGBT, população em situação de rua, entre outros há um levantamento feito entre janeiro e junho que o Brasil registra três queixas de intolerância religiosa por dia em 2022; total já chega a 545 no país Estado com mais registros é São Paulo, com 111 denúncias, seguido do Rio de Janeiro, com 97, Minas Gerais (51), Bahia (39), Rio Grande do Sul (26), Ceará (11) e Pernambuco (13).

Em todo o ano de 2021, foram 1.017 denúncias, e os estados que lideraram o ranking eram os mesmos.

No ano passado, no mesmo período, foram 466 denúncias, ou seja, 2022 registrou um aumento de 17%. No primeiro semestre de 2020, foram 498 queixas -- um aumento agora de 9,4%.

Denúncias de intolerância religiosa pelo Disque 100 entre janeiro e junho

- 2020 - 498
- 2021 - 466
- 2022 - 545

Estados com mais casos em 2022

- SP - 111
- RJ - 97
- MG - 51
- BA - 39
- RS - 26
- CE - 11
- PE - 13

As religiões de matriz africana, como umbanda e o candomblé, são as que mais sofreram preconceito por intolerância religiosa em 2022 no estado de São Paulo, de acordo com dados da Secretaria da Justiça e Cidadania do estado coletados a partir dos registros de denúncias feitas à Ouvidoria da pasta.

O levantamento também mostra que o número de denúncias é bem superior ao registrado em 2019. Naquele ano, a secretaria recebeu apenas 17 denúncias por intolerância religiosa. Em 2022, só no primeiro semestre, foram 110, um aumento de 547%.

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

Nos últimos anos, esse canal tem ficado mais conhecido, o que pode ter feito o número de denúncias saltar. Em 2021, foram 210 denúncias recebidas pela pasta por intolerância religiosa.

Desta forma podemos perceber os motivos de existir discriminação e o impacto em nossas vidas. O candomblé tem um papel fundamental de transformações no caminho de autoconhecimento e de retorno à África.

Estamos na “armadilha” do Estado laico em que no Estado brasileiro não pode professar nenhuma fé e nem contribuir ou interferir em nenhuma religião e acabamos vendo uma discriminação direcionada ao povo de matriz africana.

Nas reuniões e lives foi pontuado uma necessidade de ações de valorização que desemboque na construção de políticas públicas específicas para a valorização das práticas tradicionais, como formas de fortalecimento institucional das comunidades, quanto para que possam ser respeitadas na sociedade brasileira, e vistos como povos dignos de igual respeito e consideração.

6.RESULTADOS/SOLUÇÕES

O processo de libertação da África foi extremamente importante para elaboração de uma história que ultrapassasse o discurso do colonizador e que, de fato, apresentasse a história das sociedades africanas. Tal historiografia preocupava-se em desconstruir uma série de percepções e contradições apresentadas pela historiografia europeia a respeito do continente africano. Propomos enaltecer uma África a partir da História Oral como metodologia, apresentando está sob outra perspectiva, livre dos estereótipos e para além de um continente pobre e escravista.

A proposta desta secção é apresentar soluções como um movimento político-ideológico que irá estruturar no reconhecimento de uma identidade africana que mesmo com suas diferenças, suas características próprias e históricas, se reconheceram mutuamente como negros africanos. Acreditamos que somos africanos em diáspora e que precisamos incentivar e valorizar o diálogo horizontal e transversal, promove ainda mais retrocessos.

Das soluções encontradas para combater a discriminação e violência tivemos como principal proposta medidas que acabem com a negação sofrida pelo povo negro através da educação.

Tivemos treze grandes propostas:

- Construção de uma cartilha de combate à intolerância (curto prazo)
- Fomentar a discussão e o diálogo com a comunidade sobre a lei 10.639 a qual defende a importância do ensino afro-indígena no Brasil através das oficinas ministradas. (curto prazo)
- Estimular o empreendedorismo coletivo e criativo dentro das comunidades. (curto prazo)
- Resgatar a consciência de beleza negra através do diálogo sobre a herança africana (curto prazo)
- Compartilhar conhecimentos e saberes ancestrais. (curto prazo)
- Lives e podscat sobre as políticas de combate a intolerância religiosa. (médio prazo).
- Uma escola fundamental para povo de matriz africana (longo prazo)
- Delegacia de combate à intolerância religiosa. (longo prazo)
- Mapeamento nacional de casos de racismo religioso (longo prazo).
- Intercâmbio Brasil- Haiti- Benim-Cuba (longo prazo).
- Especialização em história das religiões de matiz africana (longo prazo).
- Documentário sobre a vinda do povo Jeje no Brasil. (longo prazo).

Formação e capacitação de jovens das comunidades de terreiros e quilombolas em promotores/as antirracista e comunicadores/as sociais, para constituir o Núcleo de

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

Comunicação das Comunidades tradicionais, surgiram a partir de duas inquietações: primeira a luta contra o racismo, a discriminação e as desigualdades raciais no Brasil, pouco pensada, articulada, discutida e enquadrada como questões importantes de direitos humanos; e a segunda por considerar a juventude em especial as/os jovens destas comunidades, uma necessidade de desenvolver sua participação mais protagonizada nas agendas sócio-políticas-culturais. Além da capacitação em comunicadores/as sociais para produção de textos, fotografias, filmagem, vídeos, atualização de mídias e redes sociais para produzir notícia, especialmente com foco em nas políticas públicas, ações/atividades de promoção da igualdade racial do estado da Bahia, dando maior destaque para seu município e seu entorno. (longo prazo).

A Lei no 10.639/2003 estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Ensino Fundamental e médio, o surgimento dessa lei, além de representar uma vitória dos movimentos sociais, nos leva a questionar como essa política cultural está sendo operada por meio dos currículos, apesar de a lei constituir um avanço nas políticas curriculares, há pesquisas que apontam a persistência de problemas da produção didática como desfasagem historiográfica, estereótipos, racismo, preconceito, discriminação, mito da democracia racial, etnocentrismo e omissões.

Por conta disso, precisamos estruturar mais ações que representa a importância dos movimentos sociais nas políticas e práticas educativas, no esforço de superação de tais problemas e na construção de práticas escolares e sociais pautadas no respeito à diversidade racial e à pluralidade cultural da sociedade brasileira.

Seguindo a teoria foucaultiana, não há o verdadeiro ou falso nos discursos, mas, sim, significações que buscam ser legitimadas. Ou seja, incluir representações raciais nos currículos não significa que se está resolvendo a questão imposta pela lei. Por conta disso, sentimos a necessidade de trazer quatro africanos para apresentar o seu lugar enquanto povo autóctone, com as histórias e vivências de seus países.

7.REFERENCIAL TEÓRICO

BARTH, Frederik. Introducción. In: _____. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2005.

BORGES, Juliana. **Necropolítica na metrópole: extermínio de corpos, especulação de territórios**. Blog da Boitempo <https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/01/necropolitica-na-metropole-extermínio-de-corpos-especulacao-de-territorios/>

Bourdieu, P (1992), O Poder Simbólico, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992

CONCEIÇÃO, Fernando. **Nossa Escravolândia – Sociedade, Cultura e Violência: do Pitoresco ao Perverso**. São Paulo. Terceira Margem, 2015.

CONCEIÇÃO, Joanice S. **Quando o sagrado justifica o racismo**. In: CAVALCANTE, Francisca V.; CARVALHO, Maria do A. A. de; LUZ, Lila C. X. (org): *Religiosidades e experiências espirituais na contemporaneidade*. n. 1, Teresina: EDUFPI, 2018.

CRESWELL, John W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2009.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez, 1996.

FENANDES, Nathalia V. E. **A raiz do pensamento colonial na intolerância religiosa contra religiões de matriz africana**. Revista Calundu, Brasília, v. 1, n.1 p. 117-136, jan-jun 2017.

Fernandes, F L (2009). **Violência, medo e estigma: efeitos sócio-espaciais da “atualização” do “mito da marginalidade” no Rio de Janeiro**, unpubl. PhD thesis, Federal University of Rio de Janeiro.

HALL, Stuart, *Identidade cultural na pos modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Revista Gênero, classe e raça, v. 26, n.1, 2014. p. 61-73.

IPHAN: Políticas de acautelamento do IPHAN: Ilê Axé Iyá Nassô Oká Terreiro da Casa Branca. Salvador BA, 2015

KIND, Luciana. **Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais**. Psicologia em Revista, v. 10, n. 15, jun. 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, PPGAV, EBA, UFRJ, n.32, dez. 2016.

MUNANGA, Kabengele. **“Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”**. In: BRANDÃO, André Augusto (Org.). Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

PROJETO COMUNITÁRIO PARA PREVENIR A DISCRIMINAÇÃO E A VIOLÊNCIA CONTRA RELIGIÕES
NEGRAS E AFRICANAS DE 2022-2023

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Perspectiva SP, reedição 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Nossa democracia racial**. In: RATTTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 107-109.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n.50, jan./abr., 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100006. Acesso em: 9 jul. 2022.

SANTOS, Boaventura Souza **O direito dos oprimidos**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antônio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (organizadores). **Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. CIAGS/UFBA, SEMA: 2010

SERRA, Ordep. (org) Laudo Antropológico – Exposição de motivos para o tombamento do conjunto monumental do Kwe Vodun Zò, Ordep Serra, Serge Pechiné, Adelson de Brito, Bruno Andrade, celso Cunha, Larissa Fontes, Caetano Portugal, Dofono Hunxi Martins, Marivalter da Silva Junior. Salvador, BA, 2015.

SOUZA, Flavia. **Identidade de bairro e manifestações culturais em áreas de urbanização popular de salvador: estudo de caso no bairro do curuzu**. VII Semana de Mobilização Científica UCSal - 2004, BA

Wacquant, L (2001) **Os Condenados da Cidade. Estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro, Revan.